



# Anais da Assembléia

N.º 132

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 199ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezí, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46), achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Lineu Turra, Nelson Buffara e Waldenício Barbalho (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão ordinária do dia 07 do corrente, que é aprovada sem observações.

— procede à leitura da ata complementar, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Do Sr. Chain Israel Jugend, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, informando a esta Casa sobre a gratificação especial concedida ao Professor ou Especialista de Educação de Excepcionais, que esta insígne Assembléia por unanimidade, aprovou, e está prevista hoje, no Art. 75, da Lei Complementar no. 07/77. (Estatuto do Magistério). — Ao conhecimento da Casa.

Sob o no. 623/77, datado de 28 de setembro p.p. oriundo da Câmara Municipal de Apucarana, firmado por seu titular Jorge Amin Maia Filho, em cujo teor comunica a este Poder que em sessão realizada por aquela entidade, aprovaram por unanimidade o requerimento do Vereador Sático Kayukawa, no sentido de que esta Casa tome as devidas providências, visando um estudo aprofundado no sentido de que não seja construída, de momento, a Rodovia "Free-Way", no trecho Londrina a Maringá, visto que a mesma, se concluída, poderia causar prejuízos à construção da duplicação das BRs 369 e 376. — Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando a esta Casa, cópia da carta endereçada ao Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, no que diz respeito à situação aflitiva dos Oficiais de Justiça deste Estado. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o no. 033/77, de 03 de setembro p.p., firmado pelo

Ilmo. Sr. Roche Saliba Smata, Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, que encaminha a esta Casa, cópia da Moção apresentada pelo vereador Flávio Cini e referendada pelos Vereadores Rached Saliba Smata e Oriles Alves de Faria, consunstando em voto de congratulações e regozijo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que sancionou a Lei no. 6878, a qual denomina "João Leopoldo Jacomet" a rodovia PR-415, que liga Curitiba à Piraquara, bem como aos nobres Srs. Deputados que a decretaram. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o no. 182/77, datado de 27 p.p., firmado pelo Sr. Antônio José França Satyro, Presidente da Fundação Educacional 31 de Março, da cidade de Ponta Grossa, em cujo teor, demonstra o grande interesse daquela fundação em tornar realidade uma iniciativa particular voltada ao engrandecimento da Pátria, com o propósito de canalizar os esforços da mocidade para servir à Nação Brasileira com discernimento e responsabilidade. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o no. 600/77, do Sr. Engenheiro Jurimar Cavichiolo, Superintendente da Secretaria de Estado do Interior, Administração de Recursos Hídricos, encaminhando a este Poder Legislativo, a carta 0.1124.012 de 09.09.77, da S.F. do Brasil Ltda., carta SG 017/77 de 26.09.77 da Siderúrgica Guaíra S.A. e ofício no. 386/77 CP/SP, referente ao Anteprojeto do Sistema Anti-poliuição da Siderúrgica Guaíra, situada na Vila Guaíra, em Curitiba. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Castro-PR,, do Sr. ALTAIR VIRMOND TAQUES.

Tal passamento, vem consternar a sociedade castrense, tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Londrina-Pr, do Sr. SALIM SAHÃO.

Tal passamento, vem consternar a sociedade londrinense, tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto.

Requer, outrossim, se dê ciência à família enlutada, no endereço à rua Sergipe, 203.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) FUAD NACLI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Londrina-PR, do Sr. SALIM SAHÃO.

Tal passamento, vem consternar a sociedade londrinense,

tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, requer a inscrição em ata de um voto de louvor aos Municípios de CAMBÉ e SANTA MARIANA, pela passagem do seu 30.o aniversário.

É de se registrar, também, que o louvor é maior em virtude daqueles municípios estarem experimentando administrações sérias e dinâmicas, comandadas pelos Prefeitos ROBERTO CONCEIÇÃO e ANTONIO DA SILVA MACHADO.

Que do ato se dê conhecimento oficial às autoridades de ambos os municípios.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer seja submetido à apreciação do Plenário, a aprovação de um voto de regozijo ao jornal "Gazeta do Povo", pela feliz iniciativa ao instituir o Concurso Nacional de Letras Jurídicas, cujo realce e repercussão alcançados, são testemunhos vivos de seu formidável êxito.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O tradicional matutino paranaense "Gazeta do Povo", promove, hoje, com a presença do Governador Jayme Canet Júnior, o lançamento do 1o. Concurso Nacional de Letras Jurídicas, certame que conta com a participação da Secretaria da Justiça do Governo do Estado.

Trata-se de iniciativa pioneira no Paraná, que certamente irá revelar ao Brasil o alto conhecimento dos juristas, professores, magistrados e promotores do Estado, com apresentação de teses e trabalhos que contribuirão para um novo enfoque da problemática jurídica no País.

Contando na Comissão Julgadora, com destacados nomes do mundo jurídico brasileiro, como os juristas: Prof. Altino Portugal Soares Pereira, Prof. Ary Guimarães, Prof. Benjamim Moraes Filho, Dr. Élio Narézi, Des. Munhoz de Melo, Prof. Miguel Reale, Min. Seabra Fagundes, Min. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello e Prof. Washington de Barros Monteiro, é de se destacar por outro lado, a felicidade dos promotores do concurso ao denominarem os prêmios a serem concedidos de "Prêmio Prof. de Plácido e Silva" ao autor do melhor trabalho, e "Prêmio Prof. Oscar Martins Gomes" ao autor paranaense melhor classificado, numa justa homenagem a dois dos maiores nomes da nossa cultura jurídica.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais históricos deste Poder Legislativo, o pronunciamento do erudito Diretor dos prestigiosos órgãos de comunicações "Gazeta do Povo" e "TV Paranaense Canal 12", Dr. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO, por ocasião do lançamento da importante promoção científica cultural denominada I Concurso Nacional de Letras Jurídicas.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se oficial ciência da decisão da Casa ao destacado Diretor, expressando-lhe congratulações pela oportuna iniciativa.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando a implantação de INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO, na cidade de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Somente na sede do Município de Engenheiro Beltrão, mais de cinco mil jovens freqüentam os mais diversos cursos de níveis de 1o. e 2o. graus.

Pela sua posição geográfica, a pretendida INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO, terá amplas e melhores condições de atender, inclusive, os municípios vizinhos de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. Tal reivindicação vai de encontro às aspirações de toda comunidade de Engenheiro Beltrão, tendo sido objeto de proposição firmado pelo Vereador Antônio Rossi, vice-presidente da Câmara Municipal daquele próspero município. Sugere-se ainda, levar em conta o crescente desenvolvimento demográfico de Engenheiro Beltrão e o conseqüente aumento de sua população estudantil, fatos registrados também nos municípios já citados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes, assim distribuídos:

I — AO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, solicitando constituição de Comissão de Sindicância, para apurar o problema ocorrido no Grupo Escolar de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz, onde o garoto NELSON LUIZ DA SILVA, com 8 anos de idade, foi impedido de estudar, sem justa causa.

II — AO DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO, solicitando constituição de Comissão de Sindicância, para apurar as causas da demissão do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, do "auxiliar de fiscalização", Saulo Paulo da Silva.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

No Distrito de Corumbataí do Sul, do Município de Barbosa Ferraz, o menor NELSON LUIZ DA SILVA, com oito anos de idade, foi impedido de se matricular no Grupo Escolar local, pela diretora Maria Aparecida Guimarães, sob a alegação de ser portador de moléstia. No entanto, é sabido por todos que o único motivo que impeliu a citada diretora de aceitar a matrícula de Nelson Luiz, é pura e simplesmente de ordem político-partidária, vez que se trata do filho de simpatizante do partido Oposicionista - do MDB, - do Sr. SAULO PAULO DA SILVA, também despedido da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, onde exercia as funções de Auxiliar de Fiscalização, perseguido que foi pelo Vereador Osni Picanso. Para corroborar a afirmação que o menor não foi aceito no Grupo Escolar de Corumbataí do Sul, unicamente por motivos de nefanda perseguição política, faço anexar ao presente requerimento, o Atestado Médico fornecido pelo Hospital da Providência de Apucarana, em 28 de julho e firmado pelo médico Dr. Abelardo Rocha Lobo. É esta a denúncia e que motiva o pedido para constituição de Comissão de Sindicância. É lógico que inúmeras irregularidades que acontecem nas escolas da rede oficial do Estado, não chegam ao conhecimento da autoridade responsável pela administração da

Secretaria da Educação e Cultura. Mas, o problema neste documento argüido, é deveras revoltante e fere, pela sua monstruosidade todos os princípios do direito humano, atinge nossa Constituição e patenteia, por parte de quem o praticou, uma cegueira total para com as normas de cristandade e de justiça que deveriam nortear os atos dos homens. Tenho convicção que o professor Borsari Netto, da SEEC, tomará providências imediatas.

Quanto à demissão de Saulo Paulo da Silva, que caracteriza perseguição política, que lhe é movida naquele Município de Barbosa Ferraz, vez que é pai do menor impedido de estudar, foi resultado de interferências absurdas de parte do Vereador Nelson Picanso, que culminaram com seu afastamento do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal, onde exercia as funções de auxiliar de fiscalização, designado que era para trabalhar no Distrito de Corumbataí do Sul.

Saulo Paulo da Silva é, por todos os moradores do distrito, conhecido como pacato cidadão, cumpridor de suas obrigações, simples e honesto. Sua demissão causou estarrecimento junto à população, que viram no ato, uma atitude de ordem política, de perseguição, tão somente porque SAULO era simpaticamente do Movimento Democrático Brasileiro.

Para correção dessa injustiça, solicito a ação da Delegacia Regional do Trabalho. Tais irregularidades, além de revoltantes, geram clima de instabilidade e insegurança. A cada dia que se passa, nossas leis são burladas sem que os infratores sejam punidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam enviados ofícios aos Exmo. Sr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e Exmo. Sr. Dr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, anexando cópia da resposta do IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em documento assinado pelo Presidente Substituto daquele órgão, Sr. Joaquim Falco Netto, em atendimento à consulta formulada por este parlamentar, juntamente com o Sr. Deputado Federal Paulo Marques - Cascavel, passando pelo Distrito de Santa Tereza.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Como se observa pela resposta do IBDF, as terras da área urbana de Santa Tereza, Distrito de Cascavel, estão fora do Parque Nacional do Iguaçu, e, por conseguinte, não há motivo para que o asfalto da referida estrada seja desviado da área urbana.

O documento em anexo, esclarece que “A área urbana da vila de Santa Tereza confina com os terrenos do Parque Nacional do Iguaçu e, assim, com eles não se confunde”.

Ademais, ainda pelo item inicial do ofício em tela, verifica-se que não procede a afirmação da Secretaria de Transportes, contida no ofício 298/77, de 07/07/77, enviado ao Prefeito Municipal de Cascavel, onde entre outros argumentos, declara que o cruzamento da estrada com o rio Gonçalves Dias acarretará uma Obra de Arte Especial e principalmente no que se refere à travessia do Parque Iguaçu.

Aliás, o posicionamento deste Deputado já foi mais do que fundamentado em diversos pronunciamentos feitos desta tribuna. Nosso objetivo agora é tão somente encaminhar cópia da resposta do IBDF às autoridades competentes, no sentido de esclarecer sobre a exata localização da área urbana de Santa Tereza e esperar que o bom senso prevaleça no atendimento da justa reivindicação daquela comunidade.

Por outro lado, em contactos telefônicos que mantivemos

com o Departamento de Estrada de Rodagem, antes de irmos à Brasília, foi manifesta a intenção do DER em obter um documento oficial da Presidência do IBDF, para que o traçado tivesse a definição de desembocar no perímetro urbano de Santa Tereza.

Em audiências com o Dr. Paulo Berutte, Presidente daquele Instituto e, ainda, com a Diretoria dos Parques Nacionais, ficou clara a posição daquelas autoridades de que Santa Tereza está fora da reserva nacional do Iguaçu. Por outra parte, já existe o traçado da atual e antiquíssima estrada, não havendo necessidade de indenização, conforme alega a Secretaria de Transportes em ofício à Prefeitura de Cascavel, acima mencionado, cuja cópia igualmente acompanha este requerimento

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes a todos os Senadores da República e Deputados Federais, consubstanciados em sugestão e apelo.

Sugestão no sentido de que seja proposta, com a máxima urgência, Lei Complementar que regule a aplicação do item III, do Art. 25, da Emenda Constitucional no. 01, promulgada em 17 de outubro de 1969.

Apelo, no sentido de que a Lei Reguladora sugerida seja autografada de forma a destinar TODO O VOLUME FINANCEIRO DO FUNDO ESPECIAL ALI PRECONIZADO, AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, calculando o dividendo proporcionalmente ao que recebem através do Fundo de Participação dos Municípios.

Requeiro, também, que a justificativa feita em Plenário, acompanhe cada ofício.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes à Associação das Câmaras Municipais do Paraná, à União dos Vereadores do Brasil e a todos os prefeitos dos Municípios Brasileiros, SUGERINDO A FORMAÇÃO DE UMA CORRENTE REIVINDICATÓRIA DE CARÁTER NACIONAL, no sentido de conseguir junto ao Governo Federal, QUE A LEI COMPLEMENTAR REGULADORA DO ITEM III, DO ARTIGO 25, DA EMENDA CONSTITUCIONAL No. 01, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969, SEJA PROPOSTA À CONSIDERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL COM MÁXIMA URGÊNCIA, DESTINANDO TODO O VOLUME FINANCEIRO DO FUNDO ESPECIAL ALI PRECONIZADO, AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, calculando o dividendo em termos proporcionais ao que recebem através do Fundo de Participação dos Municípios.

Requeiro também, que a justificativa feita em plenário, acompanhe cada ofício.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 312/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I — pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II — pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1.o — Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinária entre duas ordinárias.

§ 2º — O disposto no parágrafo anterior não prevalecerá no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3º — A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as Ordinárias.

§ 4º — A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, nos termos dos incisos I e II deste Artigo, para se realizar no Plenário de qualquer uma das Comissões Permanentes.

Art. 2º — Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunica-lo-á aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único — Se ocorrerem circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as providências que julgar necessárias.

Art. 3º — A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único — O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 4º — A Assembléia Legislativa realizará, no mínimo, oito Sessões Extraordinárias por mês, nas Comissões Permanentes.

§ 1º — A remuneração do Deputado pelo comparecimento efetivo a essas Sessões Extraordinárias, será paga na forma estabelecida pela Constituição Estadual.

§ 2º — No recesso parlamentar, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art. 5º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO - ACCIOLY NETO

APOIAMENTOS: Ezequias Losso, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Fabiano Braga Cortes, Erondy Silvério, Gabriel Sampaio, Trajano Bastos, Lúcio Machado, Valter Pietrângelo, Ernesto Gnoato.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento desta augusta Casa, encontra-se tramitando o Projeto de Resolução número 62/73, que propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Atualmente submetido a um reexame integral por parte desta Comissão Especial, convém que se assinala que, embora aprovado em primeira discussão, tal projeto deverá sofrer algumas modificações radicais, por força, inclusive, de alterações constitucionais e legais que, em alta velocidade, têm sido introduzidas neste País.

O fato inquestionável, entretanto, é que em alguns pontos, ante a tecnologia moderna, cujos resultados positivos mesmos os humanistas são pródigos em reconhecer, o atual Regimento Interno, que já prestou bons serviços à Casa, está emperrando a sua dinamização, e onerando-a além do necessário.

É o caso das Sessões Extraordinárias, cuja convocação, via de regra, feita para atender ao preceito constitucional do parágrafo 4º, do artigo 13, da Carta Estadual, não justifica todo o seu aparato para uma duração de apenas trinta minutos improrrogáveis.

Noutros Estados-membros, as Assembléias Legislativas têm encontrado solução adequada com a efetivação de sessões extraordinárias através de suas Comissões Permanentes, como acontece no Estado do Rio Grande do Sul. Ali, não só funcionam nesse sentido o Plenário das Comissões, como também, se disciplinou o pagamento de tais subsídios, em seu Regimento Interno, artigo 185, cujo parágrafo está assim redigido:

“§ 2º — No recesso parlamentar a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a sessão legislativa.”

O presente Projeto de Resolução, quanto ao seu aspecto formal, traduz matéria já compreendida no Projeto de Resolução número 62/73, de reforma regimental.

As necessidades evidenciadas no momento, entanto, atingiram o caráter de urgência, levando-nos a destacar a matéria, com vistas a antecipar a sua aprovação, de modo a delinear uma atuação mais rápida e eficiente a todos quantos participem do processo legislativo.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 313/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, após sua elaboração, receberá parecer da Comissão de Orçamento e será submetida à apreciação do Plenário em uma única discussão e votação.

Art. 2º — Os Gabinetes de Representação serão dotados somente com Verba de Encargos Diversos (Representação), não ultrapassando anualmente aos seguintes valores:

PRESIDÊNCIA .....	Cr\$ 100.000,00
1ª SECRETARIA .....	Cr\$ 80.000,00
2ª SECRETARIA .....	Cr\$ 50.000,00
1ª VICE-PRESIDÊNCIA .....	Cr\$ 30.000,00
2ª VICE-PRESIDÊNCIA .....	Cr\$ 25.000,00
3ª SECRETARIA .....	Cr\$ 20.000,00
4ª SECRETARIA .....	Cr\$ 18.000,00
LIDERANÇA DE CADA PARTIDO .....	Cr\$ 40.000,00

Art. 3º — As verbas destinadas ao Poder Legislativo serão obrigatoriamente, depositadas no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

APOIAMENTOS: Luiz Roberto Soares, Deni Schwartz, Maurício Fruet, Gilberto Carvalho, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Domicio Scaramella, Fidelcino Tolentino, Jorge Sato, Enéas Faria, Accioly Neto, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezí, Francisco Escorsin, Egon Pudell, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Gabriel Sampaio, Valter Pietrângelo, Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente Projeto de Resolução é adequar a proposta orçamentária deste Poder aos moldes da Proposta Orçamentária do Poder Executivo, cuja tramitação é feita com ditames constitucionais. Com referência às verbas destinadas aos Gabinetes de Representação, pretende-se unicamente criar um critério de distribuição, compatível com a finalidade dos mesmos, e, finalmente, quanto à obrigatoriedade de depósito de verbas destinadas a este Poder no Banco do Estado do Paraná S/A; visa-se tão somente prestigiar o estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná.

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 140/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo da filantropia e da assistência social junto à comunidade de Maringá.

O relatório das atividades sociais que anexamos ao presente, nos dão conta dos inúmeros serviços que vem sendo prestados em prol dos menos favorecidos.

Assim sendo, justo portanto, que a Associação mereça o reconhecimento público, já que no aspecto legal, possui todas as condições exigidas pela legislação federal e estadual pertinente à matéria, conforme a documentação que junto ao presente encaminhamos.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 141/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — A unidade Polo de União da Vitória — Ensino de primeiro grau, passará a denominar-se "Escola Doutor Lauro Müller Soares" — Ensino de Primeiro Grau.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

Em determinadas ocasiões se torna muito difícil dissociar o administrador, o profissional liberal, o político, do homem. Esta é uma delas, pois existem pessoas predestinadas que conseguem no curso de sua vida pública, manter traços comuns de personalidade. Isto ocorreu com o homenageado, Dr. Lauro Müller Soares. Pai de família exemplar, médico dedicado, político proeminente e administrador dinâmico, em todas as atividades exercidas, demonstrou um traço comum que o marcou para sempre na memória daqueles que com ele conviveram o alto sentido humanitário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a honra e a satisfação de registrar neste plenário, a presença do Sr. José Rosa Filho, digníssimo Prefeito do Município de Jaboti.

A Presidência aguarda que as pessoas estranhas ao quadro de Deputados Estaduais, deixem o plenário, para possibilitar a ordem dos trabalhos.

A Presidência agradece a compreensão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedimos a palavra tão somente para apresentar um requerimento para registrar a data natalícia do trigésimo aniversário de emancipação da cidade de Santa Mariana.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler o nosso requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações pelo transcurso, nesta data, do 30º aniversário de fundação do Município de Santa Mariana.

O Município de Santa Mariana, portal do progresso do Norte Pioneiro de nosso Estado foi o propulsor do desenvolvimento de toda a região do Norte Novo e Novíssimo do Paraná, e, sem dúvida alguma, um dos esteios da nossa história econômica, principalmente no da cultura cafeeira, que ocasionou a imigração de inúmeros brasileiros, destacando-se paulistas e mineiros, para a colonização daquela rica região.

É com júbilo e orgulho que o Paraná contempla a passagem do 30º aniversário deste expoente de município, razão pela qual propomos a presente manifestação desta Casa e que solicitamos seja comunicado ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores daquela comuna.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo declinado, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos problemas de gravidade que envolve a vida pública brasileira, é de forma insofismável as dificuldades financeiras que batem às portas dos municípios espalhados pela nossa Pátria.

Hoje, a situação econômica de certos municípios, chega realmente às raias da brutalidade; são professores, operários, até os Senhores Vereadores, e às vezes o próprio Prefeito Municipal; mas principalmente o operariado, o trabalhador, sem receber os seus vencimentos, em razão da falta de dinheiro nos municípios.

Bem, nós temos aqui em mãos uma série de reportagens, realizada pelo jornal "O Estado do Paraná", focalizando o problema em nosso Estado, com manchetes realmente entristecedoras, como esta reportagem daquele jornal, de 18 de setembro: "Os municípios no buraco, apesar do computador, uma dívida incalculável. A maioria dos municípios vive na corda bamba, como uma grande bola de neve", é o que afirma o repórter.

A situação vai se agravando com o passar do tempo. E hoje, 83 por cento dos municípios do Paraná se encontram em situação financeira desequilibrada, e pior do que isso, sem perspectivas de uma solução.

A grande maioria dos novos prefeitos que assumiram seus cargos no início deste ano, encontrou cofres vazios e dívidas gigantescas e as portas dos estabelecimentos de créditos fechadas em razão do afundamento gradual a que se submeteram as cidades do Paraná.

Na opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Diretor de um Departamento do Tribunal de Contas, o economista Duílio Luiz Bento, a análise da situação demonstra resultados até certo ponto preocupantes, levando-se em consideração o quadro que se apresenta. Ele afirma que é certo que 20 por cento de nossas prefeituras demonstram postura financeira altamente deficitária, dispondo numa relação ativo-passivo, no encerramento de menos de 10 centavos para cada cruzeiro de compromissos imediatos. Com o agravante de não terem instrumentos para vencer a curto ou médio prazo, tal anomalia, salvo rigorosas e saneadoras medidas protecionistas, procedimento nem sempre possível.

Diz ainda o economista do Tribunal de Contas que os motivos determinantes que levaram os municípios a essa situação, foram a baixa receita própria apontada pela FAMEPAR como principal resultante de inadequada organização tributária, a inexistência de programação financeira que propicie a adequação da receita à realização de dispêndios.

O jornal "O Estado do Paraná" ainda acrescenta, Srs. Deputados, que são exatamente 25 os municípios paranaenses que verão reduzida a sua participação na distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

N'outra reportagem, onde o problema é muito bem enfocado, o jornal publicou, no dia 25 de setembro, esta manchete: "Município ouve toque de finados".

"Nossos Prefeitos, chapéu na mão".

"Da Estagnação à regressão".

"Noroeste, pobre dos pequenos".

"Pagar em dia do próprio bolso". "Definhando, definhando".

Diz a reportagem:

"O quadro da situação financeira deficitária apresentado na semana passada, confirmou-se rigorosamente agora, quando

seus repórteres passaram a percorrer as cidades do Paraná. Só que surgiram fatos que o tornaram ainda mais negro:

Prefeituras utilizando-se de prédios alugados, e sem recursos para pagar o aluguel;

Prefeitos colocando dinheiro do bolso, para sustentar obras públicas;

Município sem médico, sem hospital, às vezes até sem prefeito — como o caso de Guaraqueçaba, onde o Chefe do Executivo só aparece algumas vezes por semana; ele mora em Paranaguá.

Ficou constatado que, manter uma administração municipal, hoje, depende de uma série de quebra-galhos, sem os quais, isto se tornaria impossível.

Assim, nossos Prefeitos estão esquecendo as recomendações técnicas, políticas e administrativas que receberam ao início do mandato, para dar lugar aos seus próprios métodos.

Orçamentos são esquecidos. Por exemplo:

É necessário subvencionar, até a alimentação dos presos nas delegacias.

A ambição de ser aclamado bom administrador pela população, está sendo trocada pelo simples desejo de deixar a situação municipal, pelo menos, como foi encontrada.

Afinal, já há um clima de semi-falência.

Também, através do trabalho realizado, chegou-se à conclusão de que o prefeito paranaense segue o perfil traçado pela pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal:

Fazendeiro, 45 anos, curso secundário incompleto. E como a maioria de seus colegas, 79,3 por cento, espalhados pelo País, considera que o maior problema enfrentado é a falta de recursos. Mas, com um agravante: eles são os Prefeitos do Paraná, o celeiro do Brasil.

A imagem de riqueza criada pelo Estado, vem se sobrepondo à da real situação dos seus municípios, porque por incrível que pareça, eles próprios estão servindo de pedestal para a imagem, enquanto enfrentam situações financeiras ainda não completamente sustentáveis, mas que um dia, certamente, vão derrubá-la.

A rigor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 35 municípios do Paraná estão à beira da falência.

E a imprensa ainda nos traz informações mais amplas sobre o gravíssimo problema, comentando que os nossos Prefeitos só têm absolutamente, a vontade de fazer, mas tão somente, a vontade.

E amplia as suas considerações, para afirmar que os pequenos municípios tendem a desaparecer. Os Prefeitos estão num beco sem saída, não encontrando maneira de melhorar a situação, para as suas cidades.

E relaciona uma série de municípios paranaenses, onde os problemas são mais ou menos idênticos. O desespero da calamidade financeira, e uma esperança imensa em encontrar ajuda junto ao Governo do Estado e o Governo Federal.

A realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o problema precisa emergir, envolver, sensibilizar os legítimos representantes do povo, para que se possa buscar soluções, medidas que possibilitem as células da nossa Pátria, aos municípios do Brasil, um melhor posicionamento financeiro, para que a própria Pátria passe a gozar certo estilo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, o editorial da "Folha de Londrina" do dia 25 de agosto deste ano, alerta o Paraná com a seguinte manchete: — "O Drama de Sempre: Prefeituras sem Recursos."

E escreve: Pequeno município do interior paulista está com a sua Prefeitura às escuras; a luz foi cortada por falta de pagamento. Outros municípios daquele Estado estão com a mesma ameaça, ou pagam os atrasados ou a iluminação das Prefeituras vão ser cortadas. O corte pode ir além, atingindo, também, a iluminação pública. O motivo pelo qual os municípios

não pagam as contas, é simples — não têm dinheiro.

É uma situação que a cada dia revela novas facetas e que só pode encontrar uma solução efetiva e real, a partir de um reconhecimento da necessidade de se alterar a distribuição do CHAMADO "BOLO TRIBUTÁRIO". Aumentar tributos, criar novos tributos, aumentar de algum modo a carga sobre os contribuintes, idéia fácil e até do agrado de alguns tecnocratas.

Não é a solução, porque a carga que está a suportar já é bastante pesada. O QUE SE IMPÕE É MODIFICAR A DISTRIBUIÇÃO E ESTIMULAR A PRODUÇÃO. Mudando-se a distribuição, carregam-se mais recursos aos municípios.

Aumentando a produção, criam-se condições para melhorar a arrecadação, sem alterar, para cima, as alíquotas.

Aumento de produção — Sr. Presidente, Srs. Deputados. As próprias palavras do Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, dão conta de que em 4 anos o Brasil, simplesmente, duplicou a sua produção em grãos.

Saindo de um índice alcançado em torno de 27 milhões de toneladas de grãos, para atingir, provavelmente em 1977, a cifra de 50, 52, 53 milhões de toneladas.

A realidade é que a produção cresce de forma assustadora. Os impostos são gerados, criados, exatamente, nas nossas comunidades; mas, na hora de se repartir o "bolo tributário", o município é esquecido; continua numa dependência total, brutal, inaceitável, nociva, cruel e até criminoso, a fazer com que a grande maioria dos municípios brasileiros, continuem a servir de instrumento político para Governadores e para o próprio Governo Federal.

"O Estado do Paraná", nos informa que apenas 10 por cento de um total de 3.951 municípios existentes no País, estão regularizados com sua situação junto à Previdência Social, segundo informações do Ministério de Previdência e Assistência Social.

Hoje, o débito dos municípios para com o INPS, é um fantasma que rouba e intranquiliza as nossas comunidades. E pelas vinte agências do INPS espalhadas no Paraná, todos os meses, os técnicos de contabilidade do Instituto, recalculam as dívidas dos municípios. É um trabalho nem sempre fácil e rápido, porque além da parcela mensal, têm de ser englobadas aquelas que venceram. E às vezes uma delas é paga, a outra não, quando não, as duas.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a par da sugestão que faz o técnico do Tribunal de Contas, uma sugestão evidentemente a longo prazo e que os municípios deverão adotar, mas que efetivamente carecem de uma atitude a curto e até a médio prazo para que possam, pelo menos, sobreviver, nós hoje estamos propondo à consideração da Casa, dois requerimentos; quando pretendemos sensibilizar os Prefeitos, sensibilizar as associações de interesse público, quando pretendemos sensibilizar o Congresso Nacional para que seja proposta uma lei complementar que possibilite aos nossos municípios receberem uma parcela realmente considerável do Fundo de Participação dos Municípios, junto ao Governo Federal.

Trata-se Sr. Presidente, Srs. Deputados, da Emenda Constitucional número 1, promulgada no dia 17 de outubro de 1969, exatamente no Capítulo aonde trata do Sistema Tributário Brasileiro. E no seu artigo 25, preconiza o seguinte: "Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do artigo 21, rendas e proventos de qualquer natureza, e produtos industrializados, o artigo 25 estabelece a seguinte distribuição: 1 — Dos 12 por cento do Governo da União fará a seguinte distribuição:

5 por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

5 por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e o seu item 3º preconiza 2 por cento a Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei".

Pois bem, desde 1969, o Governo da União destinou a um

Fundo Especial exatamente dois por cento da sua arrecadação do Fundo de Participação à conta de um Fundo Especial que teria posteriormente a sua aplicação regulada em lei.

Mas ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que oito anos depois, essa lei complementar que deveria ser proposta pelo Governo Federal e que até mesmo, poderia ser de iniciativa do Congresso Nacional, simplesmente, não foi autografada. E a disposição constitucional nos leva a crer que este Fundo Especial existe intocável, que esse volume financeiro de proporções extraordinárias deve exatamente estar numa conta bloqueada, do Governo da União, à espera de que o governo proponha, ou que o próprio Congresso Nacional tome a iniciativa de regulamentá-la.

Em 1975, no dia 28 de junho, esse Artigo 25 sofreu algumas modificações. Mas, introduzidas apenas no primeiro e no segundo item, quando o Governo Federal ampliou a participação dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, na participação do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens 4º e 5º do Artigo 21.

Mas, o item 3º, que se refere exatamente sobre a destinação de dois por cento ao Fundo Especial, continuou sem a sua lei complementar. E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendendo, ciente das dificuldades que envolvem os municípios do Brasil, é que nós propomos a esta Casa dois requerimentos: com os teores que passaremos a dar conhecimento à Casa.

O primeiro deles, solicitamos o envio de expediente a todos os Senadores da República e Deputados Federais, consubstanciados em sugestão e apelo. Sugestão, no sentido de que seja proposta com a máxima urgência, lei complementar que regule a aplicação do item 3º do Artigo 25, da Emenda Constitucional número 1, promulgada em 17 de outubro de 1969, apelo no sentido de que a lei reguladora, que pretendemos reivindicar, seja autografada de forma a destinar todo o volume financeiro, do Fundo Especial ali preconizado, aos municípios brasileiros. Calculando o dividendo proporcionalmente, ao que recebeu através do Fundo de Participação dos Municípios.

Na outra matéria, Srs. Deputados, nós requeremos o envio de expediente à Associação das Câmaras Municipais do Paraná, à União dos Vereadores do Brasil e a todos os Prefeitos dos municípios brasileiros, SUGERINDO A FORMAÇÃO DE UMA CORRENTE REIVINDICATÓRIA DE CARÁTER NACIONAL, no sentido de conseguir junto ao Governo Federal, que seja proposta a lei complementar referida. E que essa corrente reivindicatória, sensibilize o Governo da União, para que exatamente todo o volume financeiro deste Fundo Especial que aí está desde de 1970 — seja distribuído, calculando o dividendo em termos proporcionais aos que recebem através do Fundo de Participação dos Municípios, a todos os municípios do Brasil.

Srs. Deputados, para termos uma idéia do que representaria se conseguida esta atitude junto ao Governo da União, para os municípios brasileiros, nós temos em mãos, o total que o Município de Maringá, recebeu de Fundo de Participação, no ano de 1976, totalizando exatamente, três milhões, 754 mil, 364 cruzeiros e 26 centavos.

Isto aí corresponde exatamente 6 por cento daquilo que o Governo da União distribui aos municípios brasileiros. 2 por cento que é o que se destinou ao Fundo Especial preconizado pela Emenda Constitucional número 1, atingiria exatamente um milhão, 251 mil, 454 cruzeiros e 75 centavos que Maringá poderia ter recebido em 76, mas que ficou retido no Fundo Especial por força da Emenda Constitucional referida.

Ora, nós fizemos um cálculo progressivo e se a Maringá fosse destinada a sua parcela desse Fundo Especial que está acumulado desde 1970, o município poderia receber em torno de seis milhões de cruzeiros.

Parece-me que a dívida que o Município de Maringá tem junto ao Instituto Nacional de Previdência Social, é em torno de

12, 13 milhões de cruzeiros.

Ora, se a cidade pudesse receber seis milhões de cruzeiros ou mais, quem sabe, com a regulamentação deste Fundo Especial, ela, efetivamente, poderia liquidar pelo menos 50 por cento de seu débito junto à Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thome) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que a Sessão já se esgotou. A Presidência, por determinação do Deputado Trajano Bastos, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, confere-lhe mais 15 minutos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente e o meu agradecimento, ao Líder Trajano Bastos.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dando sequência ao nosso pronunciamento, nós apenas enfatizamos que talvez poderiam os Srs. Prefeitos do Brasil, com a liderança do municipalismo paranaense, chegar ao Governo Federal, e, quem sabe, utilizar como argumentação, como instrumento reivindicatório, a proposição do encontro de contas com o INPS. Aonde a destinação legal desse volume financeiro preconizado na Emenda Constitucional número 1, no seu Artigo 25, item 3º, ele fosse creditado às Prefeituras; mas que o dinheiro passasse à conta do Instituto Nacional de Previdência Social, à crédito da Dívida dos Municípios Brasileiros. Mas, na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é prioritariamente a dívida dos municípios para com o INPS, a motivar a necessidade de uma campanha nessa proporção, nesses termos, como nós já deixamos claro. São problemas até de caracterização social muito mais comoventes e entristecedoras, ou seja, a falta de pagamento a servidores; exatamente pela insustentável e quase que irreversível situação econômica, de grande parte, ou da maioria dos municípios do Brasil.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós devemos rememorar aqui, a conduta brilhante que teve "O Estado do Paraná" através dos nossos Prefeitos, os nossos líderes municipalistas, comandados pelo então Prefeito de Guarapuava, o companheiro Nivaldo Krüger, quando o municipalismo brasileiro foi bater às portas do Governo Federal, para exigir também um posicionamento do Congresso Nacional, para que se pusesse um fim na brutalidade que representava aquele sistema denominado Artigo 20, que os Governos de Estado utilizavam para entregar recursos aos municípios. Nivaldo Krüger, como Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, na época, Prefeito de Guarapuava, comandou de forma brilhante esta corrente reivindicatória; e chegou à Brasília; e saiu-se vitorioso, conseguindo que o Governo da União, implantasse a atual sistemática do Imposto de Circulação de Mercadorias. Enquanto os Governos se esforçam, através de planos e projetos, para que se dê uma nova organização tributária aos municípios do Brasil, e nós começamos a observar os esforços das comunidades, e do Governo do Estado do Paraná, numa solução realmente a longo prazo, está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma proposição que se levada a sério, com respeito e com luta, ela poderá trazer um resultado mais rápido.

Poderá, pelo menos, de forma mais imediata, trazer algum resultado benéfico ao municipalismo brasileiro.

Nós ainda lembramos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele Congresso de Vereadores e Prefeitos, promovidos pela Associação das Câmaras Municipais, realizado em Caiobá, quando o Presidente do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, trouxe como bandeira, como voz de ordem do comando, a nós do Movimento Democrático Brasileiro, a luta, o esforço, na busca de soluções que trouxessem benefícios aos municípios do Brasil.

O municipalismo é uma das bandeiras prioritárias do MDB e deve ser também uma das bandeiras dos políticos preocupados do Brasil.

Por esta razão, quando examinando a legislação chegamos a acreditar até que seja constitucional a iniciativa do Congresso

Nacional para propor essa lei complementar, porque ela, efetivamente, não irá aumentar a despesa pública, porque vai dar destinação a um volume financeiro extraordinário que, por força de lei, tem que estar resguardando; observamos que a conquista desse volume de dinheiro para os municípios do Brasil não se torna numa utopia. E até mais, não se constitua numa luta reivindicatória difícil.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, merecer de meus companheiros, o apoio unânime e o entusiasmo e a cooperação, para que esta proposição alcance os nossos prefeitos de todo o Brasil, as nossas instituições municipalistas, as nossas associações e consiga sensibilizar nossos Deputados e Senadores para que essa lei complementar seja proposta de forma imediata, urgente e carregue esse volume financeiro para os municípios do Brasil. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja usar do horário regimentalmente destinado ao Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiado, constante do expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto, devidamente apoiado, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição número 479/77, Veto apostado ao Projeto de Lei número 73/77, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede e foro nesta Capital. Sem parecer da CCJ.

#### OFÍCIO NÚMERO 139/77

Curitiba, 30 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício número 72/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 73/77, tendo em vista que a pretendida medida foi adotada através da lei número 6.064, de 16 de dezembro de 1969, publicada no Diário Oficial número 240/69.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Solicitaria de V. Exa., que repetisse o que foi colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência repetirá.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, para

encarecer da Mesa, embora isto talvez não fosse necessário nem coubesse à Mesa, mas de toda forma assim o faço, que a Mesa esclareça à Casa de que o Veto foi apostado, em razão de haver tramitado nesta Casa uma iniciativa, um projeto de lei tratando de matéria que por aqui, anteriormente já havia passado, e que já havia anteriormente se transformado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência poderá ler as razões do Veto, que constam do Avulso, na publicação.

Sua Excelência o Governador, informa que, na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, veta o Projeto de Lei número 73/77, tendo em vista que a pretendida medida foi adotada através da Lei número 6064, de 16 de dezembro de 1969, publicada no Diário Oficial número 240, daquele ano, 1969.

Em votação a Proposição número 479/77, veto apostado ao Projeto de Lei número 73/77, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo. — **REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 92/77, oriundo da

Mensagem Governamental número 76/77, que objetiva acrescentar na Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04/04/77, as expressões que especifica, transfere os cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adotar outras providências. Com pareceres da CCJ, pelo desmembramento do projeto e com Substitutivo Parcial; da CF favorável ao projeto e com Emenda, ambos por unanimidade e da CRH, favorável por maioria. — Em regime de urgência.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados, por obséquio, a atenção na forma de votação desta matéria.

A matéria tem pareceres de três Comissões Técnicas. Recebeu em todas as Comissões Técnicas, pareceres que não coincidem. Todavia, verifica a Presidência que na Comissão de Constituição e Justiça, além de haver recebido parecer com elaboração de substitutivo desmembrando o projeto, o Sr. Relator, com o apoio da maioria dos Srs. Membros daquela Comissão, invoca o artigo 134, parágrafo 2º, item V, do Regimento Interno, em que dispõe: — Serão verbais e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Srs. Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

V — Destaque de emenda aprovada ou da parte de proposição para constituir projeto separado.

Ocorre que o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, regimentalmente, posto, requer destaque para o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência, portanto, colocará em discussão, o projeto e, em fase de votação, antes o requerimento de destaque.

Em discussão o Projeto de Lei número 92/77.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrarmos propriamente na matéria, gostaríamos com relação ao destaque pretendido, de dizer que foi o mesmo opinado por nós no Parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, com base no Regimento Interno, artigo 134, § 2º, inciso 5º, não se tratando, conseqüentemente de requerimento, mas sim de parecer da Comissão.

Este parecer, no entanto, estaria sujeito para que houvesse o destaque, a aprovação da Casa. Quando o Sr. Presidente falou em requerimento, S. Exa. até certo ponto tem justa razão, se é que se possa dizer, porque o artigo 134, § 2º, inciso 5º, se refere aos requerimentos. E o requerimento necessita apenas de uma discussão e votação para ser resolvido. Conseqüentemente, nós entendemos que a Casa aprovou em primeira discus-

são o destaque. A matéria está destacada por força do próprio Regimento. Nós entendíamos até que essa matéria de destaque, como é um pressuposto da ordem do processo e como nós pretendemos propor isso à Casa, futuramente no projeto do novo Regimento, as matérias que dizem respeito a legalidade ou constitucionalidade dos projetos serão de exclusiva competência da Comissão de Constituição e Justiça, porque a ela realmente é que compete tratar dessa matéria.

Na minha opinião, data vênica, a matéria não deveria ter seguido os trâmites demorados que seguiu. Deveria ter sido proposta de imediato ao Plenário e o Plenário rejeitaria ou aprovaria o desmembramento do projeto. Entretanto quis a tradição da Casa vir em prejuízo de alguns interesses louváveis que existem no projeto, que ele caminhasse dessa forma. E veio ter depois de algum tempo ao plenário. Mas quer me parecer, Sr. Presidente, que será já matéria vencida discutir a parte relativa ao desmembramento, porque nos termos do artigo 134, § 2º, inciso 5º, do Regimento Interno, a matéria depende, Sr. Presidente, de uma discussão e votação. Foi aprovado o desmembramento, não haveria mais o que se discutir quanto ao desmembramento. Esse desmembramento, por outro lado, para ficar bem claro, não representa oposição ou rejeição do outro projeto. Porque, na realidade, basta que se leia a Mensagem do Sr. Governador para nós verificarmos que existem dois projetos num só.

Artigo 1º, diz o projeto: (Lê o artigo 1º — A Tabela 7 ... Continua lendo).

Esta proposição visa corrigir, segundo a Comissão apurou, e consta do seu parecer, uma omissão que se verificou, inclusive nesta Casa, equivocadamente, em que por consequência, os médicos não foram incluídos na Tabela 7, da Lei 6.863, de 4 de abril de 1977, pelo que permaneceu até esta data, sem percepção a que tem direito.

Portanto, uma matéria fora de discussão, uma matéria em que não há dúvida alguma quanto à justeza e quanto à necessidade de ser aprovado para corrigir uma omissão.

Portanto, uma proposição; a segunda proposição está encerrada no artigo 2º, que diz:

“Os cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, constante do Anexo III da Lei 6119, de 29/6/70, passam a integrar como categoria especial, a parte permanente dos cargos efetivos do referido Quadro de Pessoal.

§ 1º — Os cargos de Assistente Técnico e de Diretor Adjunto, passam a ter a denominação de Consultor Legislativo, privativos de Bacharel em Direito, com as funções de assessoramento superior, lotados no Gabinete de Assistência Técnica, mantidos os direitos, vencimentos e vantagens dos seus ocupantes.”

Nada tem a ver, nada absolutamente, com o artigo 1º, o artigo 2º.

Conseqüentemente, é até contrária à boa norma legislativa, a configuração deste projeto. Porque os artigos de uma lei deve rezar em torno de um assunto, em torno de uma matéria, disciplinando-a, impondo-a, regulamentando-a, normatizando-a, dando, dizendo sobre o Direito a que se refere, e o entrelaçamento entre os artigos. Tem que haver uma correlação entre os artigos.

Nenhuma correlação existe entre o artigo 2º e o artigo 1º deste projeto — são duas proposições. Isso ocorre freqüentemente na vida judiciária, como pode ocorrer na vida legislativa, em que processos são cumiados.

Mas, quando eles não são conexos, quando não existe conexão, este é um princípio claro de Direito, eles só podem ser julgados, só podem ser, decididos em conjunto conexamente, se eles tiverem entre si, uma correlação íntima; se eles forem correlacionados entre si; se houver uma relação que os torne como que, um só, e que a decisão para os dois ou para um, valha para

os dois, ou para os dois sirva para cada um de “per si”.

Mas, não é o caso. O artigo 2º em cujo mérito nós não entramos a não ser para abordar o problema geral do funcionalismo da Casa, aí sim, o artigo 2º diz respeito à parte administrativa da Casa, e nós tivemos oportunidade de dizer. Se há necessidade de reestruturar os quadros do pessoal, que a mesma seja feita de vez, e não apenas com remendos esparsos. Trata-se de uma classe que pertence aos quadros suplementares e que serão extintos; uma classe das mais importantes da Casa. Não há dúvida nenhuma, nós não temos dúvida quanto a isso, e nem dissemos nada entre linhas, o que nós temos que dizer, dissemos claramente como é nosso costume nesta Casa, desde que aqui adentramos.

Agora, o que não pode ser, no nosso entendimento, se é que esta Casa quer representar um consenso real, justo, equânime, que se atribua a uma classe a solução de seus problemas, que se deixe pelo menos aparentemente, porque nós também não temos conhecimento profundo do que existe na estrutura desta Casa, que outras classes fiquem reivindicando, inclusive, nos corredores, nos gabinetes dos Srs. Deputados, direitos de que se dizem, cerceados ou injustiçados. Portanto, seria a oportunidade de que a Mesa, a ilustrada Mesa, a Comissão Executiva, colocasse o assunto em cima da própria mesa, abertamente, e os enfrentasse juntamente com a Casa e víssemos o que teria que realmente ser feito para que fosse solucionado este problema administrativo que afeta a todos nós. E indiscutivelmente.

É um processo mais demorado e que poderá delongar-se quando das iniciativas que deverão ser tomadas. Ele poderá ser incluído na reforma geral da Casa, na sua parte administrativa. Este é o sentido que foi pedido, o desmembramento do projeto. Não nos pronunciamos, verdade seja dita, sobre o mérito do artigo 2º que é outra proposição, de passarem a integrar como categoria especial a parte permanente. Nós não fizemos alusão a este mérito.

A Comissão de Constituição e Justiça se ateve ao problema urgente. Qual é o problema urgente? O dos médicos. Porque estavam sem receber o seu aumento. E todos da Casa receberam. Então, eles são a exceção da injustiça formalizada.

Quanto aos demais, não.

Quanto aos demais não nos consta que a única coisa que tem a ser feita na Casa é passar da parte suplementar à parte permanente. Não nos consta isto. Se não colocarem isto também, nada teríamos a opor a que o projeto estivesse em andamento. E nós achamos e entendemos e para sossego inclusive do próprio corpo legislativo, que vive recebendo pressões neste sentido, umas justas, algumas injustas, mas que vivem sofrendo pressões neste sentido. Pressões que ninguém pode negar, constituem óbices ao bom andamento desta Casa de modo que esta foi a oportunidade que nós divisamos, de que o Poder Legislativo, Mesa e o seu corpo administrativo, resolvessem, de vez por todas, reunindo todos os problemas que existem em torno do funcionalismo e dessem força a uma solução.

Este, exclusivamente e unicamente, o objetivo da Comissão de Constituição e Justiça ao aprovar o parecer.

No mais, são presunções que não procedem, nem podem proceder o que se pensa, ou se procura induzir. Porque deduzir não se pode dizer outra coisa. A definição lógica é esta: só se podem deduzir duas coisas: uma urgente e a outra ligada, por uma questão de justiça, a problemas de outra classe de funcionários.

A primeira não. A primeira foi uma omissão. Nada mais existe fora isso. Portanto, entendam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente a questão da separação das proposições está definida. É matéria vencida na forma do Regimento.

Em segundo lugar, o projeto deve prosseguir com aprovação do seu substitutivo ou das emendas que os Senhores Deputados entendam, devam ser aprovadas, e a parte desmembrada deverá sobre ela, inicialmente, se pronunciar a douta Comissão

Executiva para que ela diga então se acata ou não o parecer da CCJ. E se o acatar, houver por bem de assim proceder, seja então feito o estudo necessário à solução global do problema.

Porque não acredito que interesse a qualquer um dos Srs. Deputados uma solução parcial de um problema global que atinge a todos. Eis aí o processo legislativo tal como é, sem nenhum mistério e sem que existam quaisquer outras intenções que não sejam estas que aqui foram ditas, por este que é o mais modesto membro desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência inicialmente, deve situar-se no problema. Já aprovado em 1.ª discussão, deduz-se que o Projeto de Lei no. 92/77, teve, portanto, endoçada pelo Plenário, sua juridicidade, legalidade, constitucionalidade; que por sinal não haviam sido contestadas, por nenhuma comissão técnica especializada, muito menos pela Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer. Este, o parecer da CCJ, após considerações que são mais de ordem administrativa que propriamente de ordem técnica ou legal, com apoio do artigo 134, § 2o, item 5 do Regimento Interno, e sob a presunção de desmembramento, requer destaque de dispositivos do projeto; em que se solicitava, inclusive a apreciação, no sentido de que, constituíssem projeto em separado.

Agora, a Presidência deve observar que o remanescente, isto é, a parte não destacada do projeto, foi qualificada de substitutivo parcial, e recebeu, desde logo, parecer favorável, mesmo antes de ter existência real que decorre, é claro, da aprovação do requerimento. Por outro lado, a Presidência entende também que se aprovado o requerimento, da Comissão de Constituição e Justiça, não o parecer, porque o parecer da Comissão Técnica não é nunca objeto aqui de deliberação; mas a proposição, sim; no caso o requerimento que passou a ser uma proposição.

Eliminada, portanto, a parte destacada, no entender da Presidência, nada restaria para ser objeto de emenda. E a Presidência ouviu o que na discussão da proposição, o eminente Deputado Muggiati Filho disse da tribuna. Quer me parecer que destaque só é concedido, mediante aprovação expressa do Plenário. E este destaque não foi objeto de deliberação do Plenário, no turno de primeira discussão e votação.

A Presidência lembra, colocou em primeira discussão a matéria, em votação como objeto principal, o anteprojeto de lei que capeou a Mensagem Governamental e teve do plenário aprovação unânime.

E a Presidência tem uma dúvida, porque destacado, votado o requerimento de destaque, e o restante passaria a ser emenda. Mas emenda do quê? Porque no entender da Presidência, passa a não existir mais nada.

Então, a Presidência tem dúvidas e, regimentalmente, tem se conduzido de forma a que o Plenário vote conscientemente a matéria.

A Presidência não poderia colocar em votação qualquer emenda no turno de primeira discussão.

Votou no seu todo a primeira discussão. Aprovada a matéria, em segunda discussão, a Presidência coloca em discussão o projeto, as emendas, os substitutivos e, em votação, então sim, regimentalmente, o projeto e as emendas.

Quer me parecer que este é realmente o comportamento regimental que a Presidência deve manter.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, devo retificar, e em parte, minhas afirmações.

Porque, pela informação que obtive, uma vez que, infelizmente, tive que me ausentar deste Plenário quando desta votação, por motivos imperiosos. Quando voltei ao plenário a matéria já tinha sido votada. A informação que obtive e que me foi dada pelo eminente Deputado Deni Schwartz, foi de que,

inclusive, havia sido votado favoravelmente o substitutivo.

Vejo, entretanto, que a matéria relativa a destaque não havia sido votada. Mas, aí está uma preliminar, Sr. Presidente, porque na 1.ª votação, o que deve ser votado é a parte mais formal, inclusive a parte constitucional e legal do projeto, sem se discutir o seu mérito. E esse desmembramento é uma preliminar, preliminar que não poderia, data vênica, Sr. Presidente, ter sido esquecida do Plenário. Faltou que o assunto tivesse sido levantado do plenário. Mas, o que se poderia fazer, no meu entendimento, é que a matéria seja votada hoje.

Acho também, Sr. Presidente, que votado o desmembramento do projeto, os dois projetos continuam vivos, existindo. São duas proposições das quais não se nega a existência.

A parte do processo legislativo que se refere ao destaque é porque o Regimento Interno, um Regimento que não está acompanhando a dinâmica legislativa em lugar nenhum, esse Regimento não disciplina o caso específico que estamos debatendo. Mas, mesmo com todas essas deficiências do Regimento, não poderemos nunca enterrar um dos projetos.

Quero crer, Sr. Presidente, se consigo me fazer claro, no sentido apenas do esclarecimento legislativo; o substitutivo, justamente, é a forma encontrada para que se separe. Então, o substitutivo representa um projeto. O que ficou caberá à Comissão elaborar outro projeto, ou devolver à CCJ, para que elabore outro projeto, redija o projeto. O fato é que o projeto continua existindo, reconhecidamente, pela Comissão, pela Casa, ou por quem pede o desmembramento.

Se estamos pedindo o desmembramento de um projeto, é porque existem dois. A forma encontrada para desmembrar, de acordo com o Regimento Interno, é a que está citada no parecer da Comissão.

Não me parece fácil a matéria, desde que nos conscientizemos que aí estão dois projetos a serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita a V. Exa. que continue com a palavra em Questão de Ordem, porque a Presidência sempre viu em V. Exa. um Deputado altamente democrático, e a Presidência deseja, realmente, é proceder da melhor forma.

A Presidência tem algumas dúvidas tão somente no que se refere a emendas, e não é o caso.

Entende a Presidência, realmente, que se votado o requerimento que requer destaque, votado, portanto, o destaque, permaneceria no bojo desta proposição, neste Projeto de Lei no. 92/77, tão somente a matéria constante com aquela aplicada no art. 1o., podendo se desmembrar do corpo do projeto de lei, o artigo 2o., e seus parágrafos 1o. e 20.

A Presidência entende poder, então, validar o destaque requerido por V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Certo, Sr. Presidente, com uma condição que eu acho não poder ser recusada: a de que, quem quiser apresentar emendas ao substitutivo, terá plena liberdade, desde que seja cabida e discutida, porque é um projeto que se inicia, é um projeto destacado, que poderá ser emendado, ele poderá receber aqui, emendas de redação.

Aí é que está: emendas de redação, Sr. Presidente.

Então veja V. Exa., que, o projeto do qual se desmembrou, voltando — ele poderá até voltar à Comissão de Constituição e Justiça, se a Presidência entender, ou designar a Comissão Executiva, para sobre ele se pronunciar — talvez, o caminho seria a volta do outro projeto, à Comissão de Constituição e Justiça, que pediria então à Comissão de Redação, que elaborasse melhor o texto, ficaria o outro projeto em andamento, só que não seria em Regime de Urgência, em andamento claramente em andamento. Mas esse substitutivo que aí está, não se pode dizer que, ele aprovado em 2.ª discussão, e seria hoje aceito, ele não esteja sujeito à emenda, Sr. Presidente. Ele poderá sofrer emenda. Logicamente, de acordo com o Regimento, de acordo com a legislação em vigor, ele poderá

sofrer emendas, desde que elas sejam cabíveis e não desnaturem o projeto.

Parece-me que, se a Mesa declarar que não aceita emendas ao substitutivo, parece-me, estaria cerceando direitos. Veja bem V. Exa., o substitutivo passaria a viver, daqui para a frente, não se sabe quanto de vida ele terá, se se transformará num projeto de lei ou não, da maneira como está.

Muito obrigado a V. Exa., pela cortesia e descortínio com que V. Exa. está atendendo a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deputado Muggiati Filho, quer me parecer que o caminho, se não o Regimento, na frieza das suas letras, mas, o bom senso, nos leva a decidir.

Colocaremos à disposição do Plenário o destaque requerido por V. Exa. Se acolhida a pretensão, o projeto voltaria à CCJ para, naquela Comissão, autuar-se, elaborar-se um substitutivo geral ao Projeto 92/77, aplicando-se o contido no art. 1o., o art. 2o., e seus parágrafos passariam a constituir projeto em separado, que haveriam de merecer nas Comissões Técnicas, novos pareceres, para posterior deliberação do Plenário.

Se me fiz entender pelo eminente Sr. Deputado Muggiati Filho, a pretensão contida no parecer exarado por V. Exa. e aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, visa, em última análise, exatamente isso: autuar-se em dois projetos de lei que, segundo V. Exa., trata de matéria diversa e, posteriormente, com novos pareceres no tocante ao projeto em separado, o Plenário haverá de decidir.

A Presidência coloca, portanto, em votação o destaque requerido pela Comissão de Constituição e Justiça no seu relatório e parecer.

Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Apenas para reiterar, Sr. Presidente, com fundamento no art. 158, alínea B, eu requeiro abstenção de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lhe confere o direito de abstenção.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque, permaneçam como estão. — APROVADO.

A Presidência colocará em votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, assim elaborado:

Art. 1o. — A tabela VII, cargos da parte suplementar do Poder Legislativo, do anexo I, da Lei no. 6863, de 04 de abril de 1977, ficará acrescido das expressões - médico Cr\$ ... 7.641,00.

Art. 2o. — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, porventura existentes.

Em votação o substitutivo, ressalvado o que consta do art. 2o., e seu parágrafo, do Projeto de Lei no. 92/77, os quais deverão retornar ao Departamento Legislativo, para ali, receberem adequada redação técnico-legislativa.

Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo, permaneçam como estão. — APROVADO.

A Presidência lembra que este Projeto de Lei no. 92/77, recebeu, na Comissão de Finanças, uma emenda apresentada pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, com aprovação daquela Comissão. Como essa emenda trata de matéria de parte destacada, voltará a ser objeto de deliberação de Plenário por ocasião da votação da matéria destacada; emenda apresentada na Comissão de Finanças.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 109/77, oriundo da Mensagem Governamental no. 109/77, que objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas carreiras do necessário número de cargos.

Com pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., C.P. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

A Presidência, antes de votar os requerimentos, faz questão para, aproveitando a oportunidade da presença da maioria dos Srs. Deputados neste Plenário, de anunciar á 5a. feira, uma sessão especial em que não haverá deliberação da Ordem do Dia, para nela se recepcionar o Senador Teutônio Vilela. Nesta sessão especial que será realizada às 14,30 horas, já designou para saudar S. Exa., o Sr. Deputado Accioly Neto. A Presidência lembra aos Srs. Deputados que convocará para amanhã, às 14,00 horas, uma sessão extraordinária para deliberar sobre uma resolução.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Associação das Câmaras Municipais do Paraná, à União dos Vereadores do Brasil e a todos os Prefeitos Municipais brasileiros, sugerindo a formação de uma corrente reivindicatória de caráter nacional, no sentido de conseguir junto ao governo federal, que a Lei Complementar reguladora do item III do Artigo 25, da Emenda Constitucional no. 01, de 17 de outubro de 1969, seja proposta à consideração do Congresso Nacional com máxima urgência, destinando todo o volume financeiro do fundo especial ali preconizado aos municípios brasileiros. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do erudito diretor dos prestigiosos órgãos de comunicações "Gazeta do Povo" e "TV Paranaense Canal 12", Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, por ocasião do lançamento da importante promoção científica cultural denominada "I Concurso Nacional de Letras Jurídicas". APROVADO. — (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salim Sahão, ocorrido na cidade de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Altair Virmond Taques, ocorrido na cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salim Sahão, ocorrido na cidade de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "Gazeta do Povo", pela feliz iniciativa ao instituir o Concurso Nacional de Letras Jurídicas, cujo realce e repercussão alcançados são testemunhos vivos de seu formidável êxito. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando a implantação de Inspeção Regional de Ensino, na cidade de Engenheiro Beltrão. — Em discussão. —

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, enca-

minhando resposta do IBDF à consulta formulada referente ao traçado da estrada Capitão Leônidas Marques - Cascavel, passando pelo Distrito de Santa Tereza. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pelo transcurso nesta data, do 30o. aniversário de fundação do Município de Santa Mariana. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos Municípios de Cambé e Santa Mariana, que hoje comemoram o 30o. aniversário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Cultura, solicitando seja constituída uma Comissão de Sindicância para apuração de problema ocorrido no Grupo Escolar de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz, onde um garoto com 8 anos de idade, foi impedido de estudar, sem justa causa, e ao Delegado Regional do Trabalho, solicitando a constituição de Comissão de Sindicância, para apurar as causas da demissão do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal do mesmo município, do "auxiliar de fiscalização" Saulo Paulo da Silva. — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. —

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Surpreendemo-nos com um requerimento apresentado, neste momento, pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo, o qual requer ao Sr. Secretário da Educação e Cultura — solicitando a constituição de Comissão de Sindicância e apuração dos problemas ocorridos no Grupo Escolar de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz, onde o garoto Nelson Luiz da Silva, com oito anos de idade, foi impedido de estudar, sem justa causa. E ao Delegado Regional do Trabalho, solicitando a constituição de Comissão de Sindicância, para apurar as causas da demissão do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, do Auxiliar de Fiscalização, Saulo Paulo da Silva.

Num trecho de sua justificativa a que faz referência, é sabido no entanto, por todos, que o único motivo que impediu ao citado Diretor de aceitar a matrícula de Nelson Luiz é pura e simplesmente de ordem político-partidária. Vez que se trata, de filho de simpatizante do Partido da Oposição, o MDB; e o Sr. Saulo Paulo da Silva, também despedido da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, no exercício da função de auxiliar de fiscalização, perseguido que foi, pelo Vereador Osni Picanso, para corroborar a afirmação que o menor não foi aceito no Grupo Escolar de Corumbataí do Sul, unicamente por motivos da nefanda perseguição política. Faço anexar ao presente requerimento o atestado médico, fornecido pelo Hospital de Previdência de Apucarana, em 28/06, e firmado pelo médico, Dr. Abelardo Rocha Lobo.

Esta denúncia é que motivou o pedido de constituição da Comissão de Sindicância.

Quanto à demissão de Saulo Paulo da Silva, que caracteriza a perseguição política que removida naquele Município de Barbosa Ferraz, vez que o pai do menor, impedido de estudar, foi resultado de interferência absurda do Vereador Osni Picanso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O ex-funcionário da Prefeitura, Saulo Paulo da Silva, não é verdade que foi uma perseguição política, porque era simpatizante do MDB. Saulo Paulo da Silva, integrante da nossa campanha, foi da Arena. Participou e era funcionário da Prefeitura na função de fiscalização em Corumbataí do Sul. Mas dada a

deficiência do seu trabalho no cargo que ocupava, dado o monumento que tinha em Corumbataí do Sul, foi transferido para outra localidade do município, em Paraíso, precisamente. E este funcionário foi demitido por abandono de cargo, porque não assumiu a sua função para onde foi designado.

Portanto, não existe nenhuma perseguição política.

Quanto ao menor, telefonei hoje de manhã ao Prefeito e, tenho certeza e não posso acreditar de forma nenhuma que nenhuma professora de bom senso, que ninguém neste País tem coragem de perseguir uma criança por interesse político. Mas faço questão de trazer as informações a esta Casa.

Hoje não pedi para discutir o requerimento. Amanhã, não estarei aqui para encaminhar a votação com as informações necessárias. Mas, Sr. Deputado, venho à tribuna no encaminhamento desta votação para dizer que é um absurdo. É preciso então que uma Prefeitura tome medidas e comunique a todos prestado esclarecimentos. Nós vamos votar favorável ao requerimento, porque não temos nada a esconder.

Vamos votar favorável para que venham as informações e para que tenha um paradeiro a nível de sindicância sem fundamento legal. Quanto a este funcionário, foi abandono de cargo. Quanto ao menor, trarei já nestes dias, as informações a esta Casa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento. — APROVADO.

A Presidência, antes de votar o último requerimento, pede desculpas por não havê-lo feito antes, registra, com satisfação a presença neste plenário, do Vereador de Nova Londrina, Sr. Armando Chiamullera. E, ao mesmo tempo que anuncia que neste plenário esteve o Sr. Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, Homero Vicente de Paula. E o registro é feito dizendo da satisfação dos Srs. Deputados em tê-los recepcionado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes a todos os Srs. Senadores da República e Deputados Federais, consubstanciados em sugestão e apelo, no sentido de que seja proposta com a máxima urgência, a Lei Complementar que regula a aplicação do item III do Art. 25 da Emenda Constitucional no. 01, promulgada em 17 de outubro de 1969, e apelo no sentido de que a Lei Reguladora sugerida seja autografada de forma a destinar todo o volume financeiro do fundo especial ali preconizado, aos municípios brasileiros. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 92 e 109/77.

A Presidência marca ainda, uma sessão extraordinária, para quarta-feira, dia 12, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 305/77.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1977.**

**"CONCURSO NACIONAL DE LETRAS JURÍDICAS:**

**PARANÁ TRANSFORMA-SE EM POLO CULTURAL DO PAÍS**

Ao lançar ontem o Concurso Nacional de Letras Jurídicas, o Diretor da Gazeta do Povo e da TV Paranaense Canal 12, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, em solenidade no Palácio Iguacu, destacou: "O Paraná, por suas universidades e centros de pesquisas e estudos, transformou-se em um dos grandes polos culturais do País, e GAZETA DO POVO, consciente desta realidade, sentiu a necessidade imperiosa de levar aos quatro cantos do Brasil esta evidência, criando o I Concurso Nacional de Letras Jurídicas que pretende atrair para nosso Estado as atenções da cultura e da inteligência nacional, estimulando-as não só com os mais valiosos prêmios, como também com a publicidade, e a divulgação dos melhores trabalhos apresentados."

Estiveram presentes ao ato, além do Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, Secretários de Estado, políticos, desembargadores, juristas e advogados.

Os juristas Washington de Barros Monteiro e Benjamin Moraes Filho, vieram de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, para tomar parte na promoção de repercussão nacional. Entre outros presentes, estavam o Desembargador Miguel Thomaz Pessoa, o presidente da Assembleia Legislativa Ivo Thomazoni, os secretários Noel Lobo Guimarães, Francisco Borsari Neto, Alcindo Pereira Gonçalves e Túlio Vargas, que em nome do Governador, presidiu a reunião.

Entre os mais expressivos nomes do mundo jurídico, que estavam prestigiando o lançamento do concurso, estavam-se da Ordem dos Advogados seção do Paraná, Eduardo Rocha Virmond, os desembargadores Francisco Cunha Pereira, Athos Moraes de Castro Vellozo, Ary Florêncio Guimarães, Hélio Narézi, integrante da Comissão julgadora, falou em nome dos colegas do Paraná, e Washington de Barros Monteiro.

#### LANÇAMENTO

É a seguinte a íntegra do pronunciamento do diretor da Gazeta do Povo, e Canal 12, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, no lançamento do I Concurso Nacional de Letras Jurídicas:

Senhores.

O jornal a Gazeta do Povo, dos mais antigos do Paraná e um dos tradicionais matutinos do País, foi sempre o porta voz das grandes reivindicações da nossa terra.

Participando ativamente da vida cultura, econômica e política do Estado, Gazeta do Povo, nascida por ocasião da memorável campanha de Rui Barbosa, soube se impor através de vários lustros, como o espelho mesmo, das lutas vitoriosas da gente paranaense.

As colunas do matutino histórico que tenho a honra de dirigir, vem se preocupando há muito tempo em incentivar, orientar e ampliar o trabalho gigantesco das diversas raças que povoaram o Paraná e souberam extrair de seu solo fértil não só as riquezas minerais, mas sobretudo as renovadas safras que transformaram nosso Estado em verdadeiro celeiro da Nação. Situado numa privilegiada área de terra roxa, o Paraná é hoje conhecido no País e no exterior, como o maior produtor de café, trigo, mate, milho, feijão, madeira e soja, e das maiores extratores de minerais como chumbo, talco e carvão, possuindo ainda expressivas reservas de ferro e xisto, pirotetuminoso. Os rebanhos bovino e suíno de nosso Estado, situam-se também entre os maiores do Brasil.

Entendemos entretanto, que toda esta força de trabalho e riqueza não poderiam existir se não contassem com uma retaguarda científica e cultural a sustentá-las.

Na verdade analisando-se a história do progresso do Paraná, vamos encontrar em 1912, muito antes da explosão da nossa produção agrícola, e da nossa marcha para o norte, a implantação pioneira da primeira Universidade do País.

Assim, nos primórdios de 1900, instala-se em nosso Estado o primeiro e único agrupamento de Faculdades de curso superior, reunidos em Universidade, acolhendo já estudantes de todos os Estados da federação e professores renomados.

O arrojo cultural e científico de nossos pioneiros teve porém que ser contido porque não havia no País paradigmas ou regulamentos universitários e a Universidade do Paraná, primeira no Brasil, teve que se separar em Faculdades, até que surgisse a legislação reguladora do funcionamento das Universidades: só aí então, novamente, se restabeleceu pioneira ainda a Universidade do Paraná.

Gazeta do Povo acompanhou de perto e apoiou decididamente as

lutas das Universidades, acreditando, proclamando e defendendo sempre através de seus editoriais e colunas, a necessidade da formação de uma infraestrutura cultural técnica e científica de grau universitário, capaz de criar e dar apoio a uma força de trabalho eficiente, apta a aproveitar as riquezas deste rincão privilegiado da pátria.

A nossa campanha vitoriosa é hoje, contamos não só com a pioneira e tradicional Universidade Federal do Paraná, como com outras prestigiadas Universidades na capital; e grandes centros universitários em cidades como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e faculdades em vários municípios do interior. Pesquisas avançadas são realizadas em centros de estudo e laboratórios modelo dão solução a problemas da produção, orientando de forma científica a exploração de nossas riquezas.

O Paraná transformou-se assim em um dos grandes polos culturais do País e Gazeta do Povo, consciente desta realidade, sentiu a necessidade imperiosa de levar aos quatro cantos do Brasil esta evidência, criando o I Concurso Nacional de Letras Jurídicas, que pretende atrair para nosso Estado as atenções da cultura e da inteligência nacional, estimulando-as não só com os mais valiosos prêmios, como também com a publicação e divulgação dos melhores trabalhos apresentados.

Atentando para o alcance da idéia do Governador Jayme Canet Júnior, em atitude lúcida e elevada, de administrador dinâmico e responsável, determinou, através de sua Secretaria de Justiça, total apoio a este I Concurso Nacional, permitindo que os prêmios a serem conferidos fossem os mais expressivos, fazendo este lançamento solene com sua presença honrosa e nas dependências do Palácio do Governo.

Ao Governador Jayme Canet Júnior, e ao Secretário da Justiça, Túlio Vargas, o agradecimento não do jornal apenas, mas da comunidade cultural que ele representa, no momento do lançamento deste I Concurso Nacional de Letras Jurídicas.

O Governo do Estado através da Secretaria da Educação já vem realizando com sucesso, o concurso Nacional de Contos, que revelou ao País trabalhos excelentes de autores nacionais e contribuiu decisivamente para o progresso da literatura nacional. A Ordem dos Advogados, realiza todos os anos um concurso expressivo de âmbito estadual.

Agora o I Concurso Nacional de Letras Jurídicas, com temas livres nas diversas áreas do Direito Brasileiro objetiva selecionar e publicar trabalhos de alto valor jurídico num leque, o mais amplo, de temas atuais e inéditos. Poderão participar advogados, magistrados, membros do Ministério Público de todo o país, concorrendo aos prêmios De Plácido e Silva, no valor de Cr\$ 100.000,00 e Oscar Martins Gomes, no valor de Cr\$ 50.000,00, nos termos do Regulamento.

Quando falamos há pouco na Universidade do Paraná, já estávamos pensando neste instante em que faríamos referência a Plácido e Silva e Oscar Martins Gomes, pois Plácido e Silva foi o primeiro aluno a se inscrever na Universidade do Paraná no curso de Direito, tendo a sua matrícula o no. 01, e foi na Universidade do Paraná que ele forjou a sua profunda cultura jurídica de professor eminente que nos deu edições alentadas de trabalhos de direito, conhecidas e acatadas no país inteiro e no exterior. Oscar Martins Gomes formou-se também pela Universidade do Paraná, como aluno de uma das suas primeiras turmas, tornando-se mais tarde Catedrático da Cadeira de Direito Internacional Privado na nossa Universidade, autor de diversos trabalhos e livros de real valor.

É com satisfação redobrada que pessoalmente recordo estes dois nomes profundamente caros a todo o Paraná, pois tive a honra elevada de suceder a ambos.

Ao professor Oscar Martins Gomes substituí por longo tempo na cátedra de Direito Internacional Privado na Universidade Federal do Paraná, e senti de perto o peso de tal responsabilidade.

Do professor Plácido e Silva, recebi emocionado o comando da Gazeta do Povo, jornal que ele fundou do lado de Benjamin Lins, e cuja Direção me passou seis meses antes de sua pranteada morte e sua memória vem sendo constantemente lembrada nestes meus quase 20 anos de luta para fazer da Gazeta do Povo o jornal ideado por aqueles ilustres fundadores.

Mas como afirmamos é esta uma homenagem do Paraná a duas personalidades brilhantes de um passado recente, preocupados permanentemente com o Direito e o aperfeiçoamento das letras jurídicas

nacionais.

*Estamos conscientes que a iniciativa por seu porte avantajado de âmbito nacional e pela liberdade de seus temas, exigirá muito trabalho e esforço, mas confiamos na ampla divulgação, sob o comando dos jornalistas e advogados Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque e Waterloo Marquesine; confiamos ainda no trabalho dedicado da comissão organizadora presidida pelo Secretário Túlio Vargas, e principalmente na Comissão Julgadora composta pelas figuras ilustres dos mestres Washington de Barros Monteiro, Miguel Reale, Seabra Fagundes, Oswaldo Trigueiro e Benjamim de Moraes Filho, cujos nomes consagrados nacionalmente dispensam maiores referências e aos quais rendemos nos-*

*sas homenagens; e pelos nomes ilustres dos destacados juristas paranaenses, Altino Portugal Soares Pereira, Ary Florêncio Guimarães, José Munhoz de Mello e Elio Narézi, que honram e dignificam nossa terra pelo fecundo labor e consagrada cultura.*

*A todos, os agradecimentos da Gazeta do Povo, e a certeza de que transformaremos em um dos maiores êxitos culturais este 1.º Congresso Nacional de Letras Jurídicas e atrairemos para o Paraná as atenções do mundo jurídico e de cultura nacional nestes marcantes anos de 1977 e 1978, assumindo o compromisso de repetirmos anualmente esta grande promoção científica, cultural, do Governo do Paraná e do jornal Gazeta do Povo."*